

Postalis

Saldamento do plano e filiação ao Postalprev trazem incerteza ao trabalhador

Nos últimos anos, o Postalis e a ECT estão procurando uma fórmula para mudar o plano de previdência privada da categoria, com o objetivo de finalizar o plano atual. Neste sentido, foram propostas várias mudanças que não deram em nada, como a filiação a outro plano.

A intenção da ECT - que é patrocinadora do plano - é construir uma nova modalidade de plano que custe mais barato para ela, e que aja como uma ferramenta de sua política de recursos humanos no sentido de combater o absentismo.

Para os trabalhadores, o Plano de Benefício do Postalis tem que trazer segurança para os trabalhadores na ocasião em que mais precisem, ou seja, na inatividade. É imprescindível, nesse momento, a garantia de condições de auxílio já adquiridos ao longo dos anos de contribuição.

A Fentect e o Sintect/JFA não aceitarão mudanças sem negociação e que prejudiquem o direito do trabalhador. O contrato com o Postalis é individual, e não um acordo coletivo, por isto cada trabalhador participante pode ser questionado separadamente pela empresa quanto à sua permanência ou não no plano.

Por essa razão, aconselhamos que a assinatura de quaisquer documentos somente seja feita com consulta aos diretores do Sintect/JFA.

Crescimento salarial

Para garantir o seu Benefício Postalis Saldado (BPS), a direção do Fundo de Pensão faz uma conta em que o valor do BPS é corrigido apenas pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). É desprezado qualquer tipo de reajuste salarial futuro e qualquer ganho que o Postalis terá acima do INPC com seus investimentos.

No últimos anos, os investimentos do Postalis foram de quase 100% acima do INPC. Se o saldamento tivesse ocorrido há cinco anos atrás,

todo esse ganho que o Postalis teve acima do INPC não teria nenhum centavo no BPS. Além desse prejuízo que o trabalhador teria de não ter incorporado ao seu saldo todos os ganhos de investimentos do Postalis, haveria ainda prejuízos nos ganhos reais de salários.

De 2003 a 2007, a categoria teve um ganho real de salário (acima da inflação) de mais de 50%. Se somar os prejuízos que o BPS teria sem a incorporação é fácil verificar que o valor sofreria uma grande perda. Isso analisando em curto prazo. Imaginem o prejuízo daqui 25 ou 30 anos.

10 motivos para não aceitar o saldamento do Postalis e o Postalprev

- 1 O saldamento é obrigatório, colocando todos nas mesmas condições, quando na verdade há vantagens e desvantagens diferenciadas para cada trabalhador.
- 2 As regras do saldamento não foram auditadas pelas entidades sindicais.
- 3 O plano atual do Postalprev não paga benefício mínimo de 20% no auxílio doença, sendo que a ECT já corta o ticket-alimentação após 90 dias de afastamento. Acreditamos que com a retirada dos 20%, a ECT pretende sufocar o trabalhador para ele voltar às atividades mesmo doente.
- 4 No dia seguinte ao saldamento, a única opção dos trabalhadores seria ir para o Postalprev que não cobre os benefícios do plano atual ou ficar sem plano de previdência.
- 5 O Postalprev não paga auxílios natalidade, nupcial, funeral ou reclusão, tão pouco benefício mínimo de 20% da aposentadoria.
- 6 O Postalprev "inventa" a figura de um perito, no sentido de dificultar a concessão do auxílio doença.
- 7 Pelo Postalprev toda a responsabilidade pela má gestão e perdas decorrentes de aplicações erradas passam a ser do trabalhador, apesar deste não ter nenhum diretor eleito dos trabalhadores no Postalis, apenas conselheiros eleitos.
- 8 O Postalprev é bom para os altos salários porque no plano atual o valor máximo é de três tetos do INSS, que dá aproximadamente R\$8 mil, sendo que no Postalprev este benefício não terá limites.
- 9 Agora que muitos trabalhadores iniciaram o recebimento do plano atual, ou iniciaram a fase de direito, a empresa começa a mudar "as regras do jogo". Quem garante que na hora que os trabalhadores tiverem direitos no Postalprev a empresa não alterará todas as regras novamente?
- 10 O déficit do plano foi feito pela política salarial da ECT, como na adoção do salário singular.

Categoria reivindica PCCS justo

Aconteceram, nos dias 13, 14 e 15 de fevereiro, reuniões com a ECT, atendendo o calendário firmado entre as Comissões que discutem PCCS. Durante o encontro, não houve avanços. A ECT limitou-se a ouvir a explanação da assessora da Fentect (Federação Nacional dos Trabalhadores da ECT), Valmira Almeida, que apresentou a Tabela Salarial, e fez algumas ponderações dentro do quadro de carreiras. No encerramento, os representantes da ECT ficaram de apresentar a proposta da empresa em uma próxima reunião a ser agendada pela ECT.

Para acelerar o processo, a Comissão procurou alguns parlamentares compromissados

com a nossa categoria, como o Senador Paulo Paim, que ao longo do processo de negociações tem demonstrado apoio às reivindicações dos trabalhadores dos Correios. Por intermédio do Senador, a Comissão conseguiu agendar uma audiência pública para 20 de março, por ocasião do aniversário dos Correios.

O Deputado Federal, Daniel Almeida, Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa dos Correios, comprometeu-se em acompanhar as negociações e intervir junto ao Ministro das Comunicações, Hélio Costa. Também foram enviados documentos para o Presidente da ECT, Ministro das Comunicações e Presidente da

República, solicitando melhor atenção em relação ao PCCS e às várias questões que o envolvem. Dentre elas, citamos **Crescimento em Carreira** (Agente a Administrador); **RI** (Recrutamento Interno); **Piso Salarial de R\$1.190,00** (R\$ 24); **Reenquadramento**; **Correção de Distorções**; **Adicional de Risco** e etc.

A Comissão estará desenvolvendo todas as atividades necessárias enquanto aguarda a proposta a ser apresentada pela ECT. Após esta apresentação, serão abertas as discussões, com envio das propostas aos sindicatos, que irão colocá-las sob apreciação das assembleias da categoria.

EXPEDIENTE

Publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Empresa de Comunicação Postal, Telegráfica e Similares de Juiz de Fora e Região - Sintect/JFA
Rua Marechal Deodoro, 447/301 - Centro - Juiz de Fora/MG - 36013-001 - e-mail: sindjfa@ig.com.br - Telefone: (32)3215-5318 - Fax: (32)3217-9729
Presidente: Josimar de Castro - Jornalista Responsável: Munique Duarte - MTE 08612 - Impressão: Gráfica União - Telefone: (32)3215-3941 - Tiragem: 1000



Fundado em
21 de novembro de 1988
Filial a Fentect e a CUT

Notícias Sindicais

Informativo Mensal do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Comunicação Postal, Telegráfica e Similares de Juiz de Fora e Região

ESPECIAL
Fevereiro de 2008

Assembleia discute Postalis e PCCS

No último dia 19, foi realizada assembleia geral extraordinária, na sede social do Sindicato dos Bancários de Juiz de Fora, para deliberar sobre os principais temas que preocupam a categoria. Foram debatidos a inclusão da jornada de seis horas na proposta do PCCS; repúdio à proposta de PCCS da ECT; repúdio ao Cargo Amplo, proposto pela ECT; repúdio ao PDI; repúdio às regras de saldamento do Postalis e à Adesão ao Postalprev e aprovação do Calendário de Luta, tirado no IV Consin.

A assembleia contou com cerca de 60 trabalhadores da categoria, que aprovaram todos os itens da pauta. Foram debatidos pontos relevantes sobre o Saldamento do Postalis e a proposta de adesão ao Postalprev. Os trabalhadores se mostraram muito confusos com as informações repassadas pela ECT, que tomou a iniciativa de administrar o processo com palestras ministradas pelos gestores em todas as unidades dos Correios.

O Sindicato assumiu compromisso com os trabalhadores de elaborar, em conjunto com a Fentect (Federação Nacional dos Trabalhadores da ECT), material para distribuição em toda a base, alertando os trabalhadores sobre os riscos de uma decisão precipitada. Também se colocou à disposição dos trabalhadores sindicalizados que queiram ingressar na Justiça contra as regras do saldamento. Anunciou ainda que a Fentect já entrou com pedido de Mandado de Segurança na 22ª Vara Federal, em Brasília, contra o Saldamento.



Mesa composta, da esquerda para a direita, pelos dirigentes sindicais, Geraldo França, Josimar de Castro, João Ricardo (Índio) e Reginaldo Freitas



Mais de 60 trabalhadores compareceram à assembleia, participando das deliberações

IV Consin ENCONTRO DISCUTE REIVINDICAÇÕES DA CATEGORIA

A quarta edição do Consin (Conselho de Representantes) foi realizada em 16 e 17 de fevereiro, em Brasília, para discutir PCCS, Postalis, Adicional de Risco e Reestruturação da ECT. Estiveram presentes na reunião, representando o Sintect/JFA, os dirigentes João Ricardo Guedes (Índio), Josimar de Castro e Reginaldo Freitas. Confira as deliberações:

PCCS - acontecerão reuniões regionais para debater a proposta já construída pela Comissão da Fentect. No sudeste, a reunião será em São Paulo, no próximo dia 1º. A Plenária Nacional ocorre em Brasília, nos dias 18 e 19 de março. O novo Calendário de Luta aprovado você confere ao lado.

Adicional de risco - haverá reunião com o Ministro das Comunicações e o presidente da ECT, pois muitos trabalhadores que estão na função de carteiros não recebem o acréscimo de 30%.



Ao centro, Manoel Cantora, secretário geral da Fentect

Postalis/Postalprev - a Fentect (Federação Nacional dos Trabalhadores da ECT) vai entrar com uma ação civil contra o Postalis para barrar o saldamento. O modelo dessa ação será encaminhado aos sindicatos, para que também possam fazer o mesmo, ou para uso de casos individuais. Uma cartilha será confeccionada para esclarecimentos sobre saldamento compulsório e Postalprev. O prazo para aderir ao novo plano é até 31 de maio deste ano. O Sindicato orienta que

a categoria aguarde mais informações antes de tomar qualquer decisão.

Reestruturação da ECT - será discutida durante a Plenária Nacional, em Brasília.

Calendário de Luta

18 e 19/02 - assembleias em cada Sindicato
20/02 - protocolar a proposta do PCCS
04, 05 e 06/03 - assembleias para eleição de delegados na Plenária Nacional
21/02 a 19/03 - mobilização na base e curso nos sindicatos
20/03 - audiência pública no Congresso Nacional para debater PCCS, Postalis e Reestruturação da ECT.
03/04 - assembleia de greve
08/04 - assembleia de deflagração de greve nacional
09/04 - a partir de 0h, greve por tempo indeterminado